

Feminismos plurais não podem excluir mulheres com deficiência!

Plural feminisms cannot exclude women with disabilities!

¡Los feminismos plurales no pueden excluir a las mujeres con discapacidad!



Leandra Migotto Certeza

- Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Anhembi Morumbi (SP), 1999.
- Professora no curso “Diversidade - Aspectos da Deficiência na Prática”, Instituto Sedes Sapientiae (SP) desde 2019.
- Premiada pelo “Projeto Fantasias Caleidoscópicas” da *Associação Internacional para o Estudo da Sexualidade, Cultura e Sociedade* em 2007, Peru.
- Premiada no “Concurso de Periodismo y Comunicación” pela *Sociedad para Todos*, Colômbia, 2003.
- Portifólio: <https://www.linkedin.com/in/leandra-migotto-certeza-00a12141/>



Observação: Para garantir a acessibilidade comunicacional para pessoas cegas e/ou com deficiência visual, todas as citações, links de pesquisa e referências estão dentro do texto e não como notas de rodapé. Também foi obedecido o uso da tipologia Arial para proporcionar a leitura de pessoas com baixa visão.

Resumo

A avassaladora maioria das mulheres com deficiência ainda é completamente excluída dos feminismos plurais no mundo. Elas também são infantilizadas, enxergadas de forma assistencialista e capacitista, sem direito de fazer escolhas sobre suas vidas e/ou respeito às suas particularidades e necessidades de acessibilidade. Além disso, existem muitas em situação de pobreza, que não são ouvidas, vivem amarradas em suas camas e não conseguem denunciar seus agressores físicos e sexuais, principalmente as mulheres com deficiência que são negras, obesas, indígenas, bissexuais, lésbicas, queer e/ou trans por serem triplamente discriminadas.

PALAVRAS-CHAVE: FEMINISMOS PLURAIS • MULHERES COM DEFICIÊNCIAS • CAPACITISMOS • VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES COM DEFICIÊNCIA • LUGAR DE FALA.

Abstract

The overwhelming majority of women with disabilities are still completely excluded from plural feminisms throughout the world. These women are also infantilized, seen in an assisted-care and capacitive manner, without the right to make choices about their lives and/or with respect to their particularities and accessibility requirements. Many subsist in a state of poverty, are not heard, live tied to their beds and cannot denounce their physical and sexual aggressors. This is the specific case of women with disabilities who are black, obese, native, bisexual, lesbian, queer and/or trans who are thrice discriminated.

KEYWORDS: PLURAL FEMINISMS • WOMEN WITH DISABILITIES • CAPACITISMS • VIOLENCE AGAINST WOMEN WITH DISABILITIES • PLACE TO SPEAK.

Resumen

La abrumadora mayoría de las mujeres con discapacidad sigue completamente excluida de los feminismos plurales en el mundo. Las mujeres son también infantilizadas, son miradas de forma asistencialista, sin derecho de elegir sobre sus vidas y/o respeto a sus particularidades y necesidades de accesibilidad. Además, hay muchas mujeres en situación de pobreza, que no son escuchadas, que viven atadas a sus camas y que no pueden denunciar a sus agresores físicos y sexuales, especialmente las mujeres con discapacidad, negras, obesas, indígenas, bissexuales, lesbianas, trans y/o queer porque son triplemente discriminadas.

PALABRAS CLAVE: FEMINISMOS PLURALES • MUJERES CON DISCAPACIDAD • CAPACITISMO • VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES CON DISCAPACIDAD • LUGAR DE HABLA.



QUEM E QUANTAS SÃO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

As pessoas com deficiência representam 15% da população mundial, um bilhão de habitantes, conforme a Organização Mundial da Saúde no “Relatório Mundial sobre a Deficiência” (2011). É a maior população minorizada do planeta que sobrevive em extrema desigualdade social, como analfabetismo, desemprego e baixa renda, pois, segundo o mesmo relatório, 80% vivem em países em desenvolvimento. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010), no Brasil 23,9% da população tem deficiência. São 45 milhões de pessoas, das quais 25 milhões são mulheres que podem ter nascido ou adquirido as seguintes condições de deficiência: física (motoras e outras); Intelectual (inclui espectros do autismo e outras, como Síndrome de Down); mental (problemas psíquicos); visual (cegueira e/ou baixa visão); auditiva (surdez e/ou dificuldade de ouvir); surdocegueira (deficiência única que compromete audição e visão); e múltipla (duas ou mais deficiências juntas).

NÃO QUERO SER TOLERADA! EXIJO RESPEITO!

Muito prazer, queridas leitoras e leitores! Eu gosto de flores perfumadas, cheiro de terra molhada, abraço de cachorro, pôr de sol, mar, fogo, chocolate, vestido colorido, livros, beijos na boca, amigos, poemas, música, teatro, palavras, cinema, cachoeira, borboleta, beija-flor, aroma de cozinha em ação, sexo, tesão, canção, choro contido, dor, paixão. Ter nascido com uma deficiência física é só mais uma das minhas características como ser humano.

Acredito que o ‘diferente’ sempre assusta porque incomoda e toca na maior ferida humana: sua natural fragilidade e finitude! A inata imperfeição de todos os seres não tem lugar na sociedade da beleza plastificada e da suposta simetria! Porém, para uma sociedade extremamente capacitista (que discrimina pessoas com deficiência) e preconceituosa, eu não faço parte da ‘regra’ ou da ‘norma’, equivocadamente estabelecida.

Em 1977 sobrevivi quando a sociedade me sentenciou. Fraturei vários ossos pelo corpo todo, andei com um par de muletas aos cinco anos, cresci até 96 centímetros. Fui segregada em escolas excludentes, trabalhei em empresas pseudo-inclusivas, sofri muita discriminação dentro e fora de casa. Tenho pernas pequenas, ossos bem fracos e com formatos diferenciados.

Sou Bacharel em Comunicação Social (1999) e tenho formação em Jornalismo Literário com foco em Narrativas Biográficas (2018). Sou cronista e colunista em diversos veículos de comunicação, como o ODISEX - Observatório Internacional sobre Sexualidade das Pessoas com Deficiência (Peru), e o FAU - Fundo Feminista regional para a América Latina e o Caribe de língua espanhola. Trabalho também desde 1998 como consultora em Direitos Humanos de pessoas com deficiência, realizando atividades premiadas em escolas, universidades, órgãos públicos, empresas, centros culturais, e organizações não-governamentais.

Viajei sozinha para fora do Brasil, desfilei em escolas de samba, curti muito a vida noturna, ganhei campeonatos de natação e fiz ensaios fotográficos sensuais. Amo o meu corpo e todos os prazeres que ele me dá, como mulher. Hoje uso uma cadeira de rodas para me locomover. Tenho autonomia, respeitando os meus limites e lutando para manter todas as minhas necessidades específicas de acessibilidade atendidas para uma boa qualidade de vida.

Porém, se eu tivesse nascido nos anos 1930, teria sido esquecida no quatinho dos fundos. No início do século 20, ficaria trancada em uma igreja. Na Idade Média, teria sido afogada ao nascer. Afinal, a deficiência é um fenômeno histórico que passou por transformações ao longo do tempo e em diferentes culturas. Da ideia preconceituosa e discriminatória de uma atribuição divina ou demoníaca, passando pela concepção de que se tratava de uma anomalia orgânica, com foco exclusivo na medicina.



Historicamente vistas como desviantes do suposto 'normal' e 'padrão', a deficiência e, conseqüentemente, as pessoas com deficiência eram percebidas como doentes, objeto da assistência e das propostas de cura. Com a emergência do movimento sociopolítico e o do protagonismo das pessoas com deficiência, a conceituação da deficiência abandonou o campo biomédico passando ao social. Dessa forma, a questão ganhou contornos de direito à diferença, de responsabilidade coletiva e da agenda política dos direitos humanos. A médica com deficiência física, Izabel Maior, em entrevista ao programa Café Filosófico da TV Cultura em 2015, defendeu o lema dos movimentos sociais e políticos das pessoas com deficiência: "Nada sobre nós, sem nós!", e disse que: *"Não é o limite individual que determina a deficiência, mas sim as barreiras existentes em seu meio, estejam elas nas atitudes das pessoas, na arquitetura, no transporte, na circulação, na comunicação, enfim, na discriminação e na falta de acesso a bens e serviços na militância pela autonomia verdadeira das pessoas com deficiências"*.

Izabel também nos explica que hoje, a deficiência é vista como um fenômeno que ocorre na relação do indivíduo com o meio físico, social e político. Portanto, toda a sociedade é responsável, tanto pelo abandono e invisibilidade de grande parte das pessoas com deficiência, como por sua autonomia e independência, respeitando todas as necessidades de cuidados às suas especificidades. Para assistir a entrevista da Izabel Maior entre no link: <https://vimeo.com/137872442>

O QUE É CAPACITISMO?

Qual é a primeira imagem de uma mulher com deficiência que lhe vem à cabeça ainda hoje? É aquela que é dependente fisicamente e emocionalmente da família ou dos relacionamentos amorosos? Ou aquela que pode escolher ser protagonista de sua história, tendo uma rede de cuidado e políticas públicas inclusivas? A resposta talvez seja a da imagem da mulher com deficiência 'frágil' e 'incapaz', sabe por quê? Porque a sociedade brasileira ainda é muito capacitista!

Segundo Fiona Kumari Campbell, professora sênior na Escola de Educação e Serviço Social da Universidade de Dundee na Escócia, em seu livro: *Contours of Ableism* (2009), se traduz como *capacitismo* a palavra inglesa *ableism*, que significa a discriminação por motivo da condição de deficiência. Para Fiona: "O conceito está associado com a produção de poder e se relaciona com a temática do corpo por uma ideia de padrão corporal perfeito. E também sugere um afastamento da capacidade e da aptidão dos seres humanos, em virtude da sua condição de deficiência".

Eu vivenciei diariamente o capacitismo, em uma época em que ele nem existia no Brasil como conceito acadêmico. Era discriminação direta ou velada mesmo. Nos anos 2000, a minha colega de departamento simplesmente arrancou da minha mesa uma lista em que eu estava conferindo os endereços das unidades (para as quais eu precisava telefonar e passar algumas informações) e começou a refazer TUDO! Eu já havia terminado o serviço, e tinha revisado três vezes para ver se estava tudo certo. Somente a gerente do departamento tinha o direito de corrigir algo. Nunca uma colega de trabalho que estava na mesma função que eu. Ela simplesmente, duvidou da minha CAPACIDADE!

Um completo desrespeito e capacitismo, afinal, eu já era formada em comunicação social, e tinha sido selecionada para ocupar aquela vaga, justamente porque tinha condições técnicas e acadêmicas para realizar aquelas atividades. E na verdade teria competência e qualificação para ocupar outras funções superior àquela de atender telefone. Mas este é assunto para outro texto sobre desvalorização profissional aliada ao capacitismo.

Outra situação capacitista, aliada ao assédio moral que passei foi bem mais forte. Tudo aconteceu em uma tarde quando voltei de uma grande cobertura jornalística de um evento importante. Eu estava bem cansada e comecei a conversar com uma colega sobre assuntos pessoais. Quando comentei sobre relacionamentos amorosos, outra profissional começou a rir bem alto



debochando de mim. Ela chegou até a colocar um objeto pontiagudo na minha cara e insinuar que eu desejava ser ‘amada’. Infelizmente, eu fiquei totalmente paralisada e não consegui reagir!

Hoje tenho consciência que a minha história não difere muito das histórias de várias mulheres com deficiência, seja de nascença ou adquirida. Todas precisaram matar um leão por dia, exatamente para dizer que não deveria ser preciso matar um leão por dia. Justamente porque não eram elas que estavam no lugar errado. Nunca estiveram, mesmo que suas famílias, amigos e a sociedade em geral apontassem o dedo sempre primeiro para suas diferenças, ao invés de constatar suas igualdades humanas, respeitando seus limites e encorajando potencialidades, sem pré-julgar ou oprimir suas plenas participações sociais.

Como a maioria das mulheres com deficiência brasileiras, eu demorei mais de 30 anos para compreender que eu não nunca estive fora do lugar que sempre quis estar. O machismo e o sexismo arraigados na sociedade, a discriminação e o preconceito escancarados ou velados em relação a minha condição de deficiência, sempre estiveram presentes em minha vida durante muito tempo. O mais terrível é que eu não conseguia enxergar cada um deles como monstros a serem combatidos. Fui a maior parte do tempo enganada e dominada por eles, sem perceber. As leituras e os estudos sobre o feminismo que venho fazendo livremente como autodidata, além das sessões de terapia, estão me libertando e me aproximando de um verdadeiro empoderamento interior.

Eu também aprendi que em sociedades capacitistas, a ausência de qualquer deficiência é vista como o ‘normal’ e pessoas com deficiência são erroneamente entendidas como exceções. Isto acontece porque a condição de deficiência é vista como algo a ser ‘superado’ ou ‘corrigido’ (se possível por intervenção médica); ou que deve ser realizado pela própria pessoa com deficiência, se ‘adaptando’ ao mundo que não foi criado para respeitar as suas próprias diferenças, e sim para excluir todos os dias.

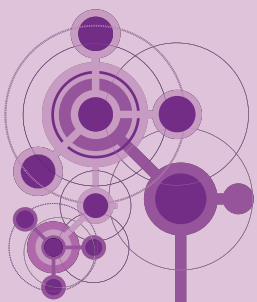
Um completo absurdo hoje, em que a condição de deficiência não pode ser vista pela sociedade como algo que falta em alguém. Precisa ser enxergada pelo prisma da diferença humana inata, que por suas singularidades requer atenção às especificidades quanto à: forma de comunicação, mobilidade, ritmos, estilos e diversas maneiras de construir o conhecimento e os relacionamentos sociais; e por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, com total autonomia e independência em uma sociedade acessível a todas e todos, de qualquer idade, etnia, credo, idade, gênero, orientação sexual, nacionalidade, entre outros. Afinal, o contrário de deficiência, não é EFICIÊNCIA!

Segundo Guga Dorea, jornalista do Todos na Diferença (@todosnadiferenca) e pai de um jovem com Síndrome de Down, disse em seu livro: “Síndrome de Down como você nunca viu - Profundo relato de um pai educador” (Editora Nelpa 2022): “O contrário de eficiência é ineficiência! Porém, ainda está no imaginário de grande parte da população e também em parte da ciência que as Pessoas com Deficiência são ineficientes! O que nos leva ao CAPACITISMO, ou seja, a crença de que elas são incapazes de pensar e de agir por conta própria!”.

Além do livro do Guga, também indico o “Viva o Corpo Diverso”, poema que eu publiquei (com recursos de acessibilidade) no Museu Vozes Diversas. Ele é um grito de ALERTA para que todas as mulheres com deficiência arranquem do seu peito o capacitismo interno! Link: https://www.instagram.com/tv/COOArtLrNIY/?utm_source=ig_web_copy_link

A AGRESSIVIDADE DO CAPACITISMO FERRE PROFUNDAMENTE!

Mesmo o conceito de deficiência tendo avançado ao menos na teoria (porque infelizmente na prática este avanço é praticamente inexistente) os Direitos Humanos de todas as pessoas com deficiência, está preso ao passado! Afinal, o lugar de fala da maioria das mulheres com deficiência ainda é bem pouquíssimo ouvido dentro dos movimentos feministas plurais!



Eu escolhi viver com meu companheiro sem ter que cumprir papéis sociais impostas às mulheres, por exemplo, como ser mãe. Eu escolhi não me sentir culpada por ter deixado de “seguir a boiada” em uma sociedade tão machista, sexista, heteronormativa, preconceituosa e discriminatória como a nossa. Porém, a maioria das mulheres com deficiências têm seu direito de escolha completamente desrespeitado, e são agredidas profundamente. Foi o que aconteceu com Patrícia Lorete, mulher com deficiência física e criadora de conteúdo digital.

Em sua rede social @janeladapatty, Patty alerta neste post de 2022 que:

“São cinco os estereótipos que recaem sobre a mulher com deficiência a saber: 1- Mulher pela metade; 2- Muito carente; 3- Incapaz de ser mãe; 4- Dá muito trabalho; e 5- Tem saúde frágil. A pessoa com deficiência carrega muitos estereótipos, às vezes, descaradamente preconceituosos, às vezes, disfarçados de elogios, o que é ruim do mesmo jeito! Mas, quando essa pessoa é mulher o peso é maior. Porque junta o preconceito pela deficiência e pelo gênero. Ou seja, a mulher com deficiência, sem contar outros marcadores como, raça, orientação sexual e classe, precisa lutar contra o capacitismo e o machismo simultaneamente. Realmente não é fácil! Neste post eu tinha colocado uma frase, mas acabei tirando. A frase era: “Só serve para enfeite!”. E retirei porque ainda me dói. Eu participava de um grupo entre pessoas com e sem deficiência. Certo dia, um idiota, fez (não diretamente para mim) o seguinte comentário: “Paraplégica ou até tetraplégica serve, mas mulher com doença degenerativa só serve pra enfeite!”. Para quem não sabe a “Patty do Janela”, que sou eu tem patologia degenerativa: Atrofia Muscular Espinhal (AME), tipo 2. Caraca, doeu, e doeu à beça! Eu que, geralmente, respondo à altura as grosserias que ouço por aí, comecei a chorar. Esse homem, que nem sei o nome, magoou-me de uma maneira que ele nem tem noção! Então, toda a minha existência se resume ao fato de ter deficiência? Isso já faz 10 anos e continua me incomodando! De vez em quando a frase dele me vem à cabeça é preciso lutar para não acreditar nela. Provavelmente a ideia que ele tem, amparado pelo capacitismo e machismo, de mulher é de uma que necessariamente precisa ter movimento para lavar, passar, cozinhar para ele e fazer aquelas performances sexuais que ele aprendeu em filmes pornôs que não representam, de maneira nenhuma, a sexualidade e o ato sexual de ninguém!!”

Junto ao forte relato de situações capacitistas agressivas como da Patty, quando eu participei em 2017 do Boteco da Diversidade (encontro paulista sobre sexualidade e deficiência), descobri o quanto o peso da opressão ainda é bem mais forte na vida de quem luta diariamente para não ser invisibilizada, por caminhar, enxergar, ouvir ou pensar ‘diferente’ do suposto padrão social.

Leandrinha DuArte (@leandrinhadu), comunicadora, colunista Ninja, ativista LGBTQIAP+, ao ser entrevistada por mim para a reportagem: “Representatividade Importa” (blog Fantasias Caleidoscópicas 2017) contou que desde quando resolveu escrever textos eróticos, reflexões, postar vídeos e levantar debates têm alertado para a necessidade das pessoas se conhecerem como são. Leandrinha também me fez questão de dizer: *“Ainda somos superprotegidos de uma forma ridícula, vetados de conhecer nosso próprio corpo! Nosso papel é mostrar justamente o contrário! Meu corpo faz sexo e precisa de sexo, eu preciso conhecer meu corpo como qualquer outra pessoa. Por isso digo a sociedade que eu desejo, eu gozo. Sou um corpo igual aos demais, com algumas limitações e só isso”*.

Durante o mesmo Boteco da Diversidade, Gata de Rodas (@gataderodas), ativista e diretora da Parada do Orgulho LGBTQIAP+ de São Paulo, abriu seu coração em um bate papo franco. Super bem resolvida hoje em relação a sua auto-estima, me contou ao ser entrevistada por mim para a reportagem: “Representatividade Importa” (blog Fantasias Caleidoscópicas 2017) que nem sempre foi assim: *“Durante muito tempo sofri a opressão familiar e da sociedade por achar que eu por ter uma deficiência física e usar uma cadeira de rodas, não podia muitas coisas: namorar, casar, não ter uma vida social igual a todo mundo. Chegou a um ponto que precisei dar um basta! Minha família ficou chocada quando eu disse que não era mais virgem e que namorava.*



Meu corpo com deficiência causa 'desconforto' e 'bagunça social', mas quem disse que estou aqui para agradar! Estou sim ocupando o meu espaço na sociedade!"

Para conhecer outros depoimentos de participantes do “Boteco da Diversidade”, segue link: <http://fantasiascaleidoscopicas.blogspot.com/2017/05/leandra-migotto-certeza-no-boteco-da.html>

QUAL O LUGAR DE FALA DAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA?

O meu lugar de fala é o de uma mulher com deficiência física, branca, heterossexual, de classe média, com nível educacional superior, na cidade de São Paulo. Posso dizer que fui e ainda sou privilegiada em vários aspectos. Mas em diversos momentos da vida, eu fui silenciada, por mim mesma (por internalizar estigmas) e também pelos outros. Como jornalista e escritora, a minha voz é um alerta para a sociedade sobre a realidade das mulheres com deficiência em nosso país.

Pare para pensar: onde estão as mulheres com deficiência hoje? Elas vivem com autonomia dentro de suas capacidades e potencialidades? Quando elas começaram a falar? Ou outras pessoas ainda falam por elas? Elas são ouvidas? Seus direitos humanos são respeitados? São protagonistas de suas histórias? Infelizmente, para as mulheres com deficiência que frequentam ou ficam internadas em instituições, o seu lugar de fala ainda não é ouvido!

O relatório da organização não-governamental internacional *Human Rights Watch* intitulado: “Eles ficam até morrer - Uma vida de isolamento e negligência em instituições para pessoas com deficiência no Brasil” (realizado entre 2016 e 2018) documenta uma série de abusos (incluindo sexuais) contra crianças e adultos com deficiência em instituições de acolhimento no Brasil. Segundo o documento, muitas pessoas com deficiência ainda ficam confinadas em suas camas ou quartos por longos períodos ou, em alguns casos, o dia inteiro. Elas também não podem fazer escolhas simples do dia a dia (que a maioria das pessoas faz sem sequer perceber), como quando e o que comer; com quem se relacionar; qual programa de televisão assistir; ou se vai sair e participar de uma atividade de lazer. Não têm acesso à reabilitação física e psicológica, e na maioria das vezes, nunca saem da instituição para ter contato com a sociedade.

Segundo informações pesquisadas para a elaboração do mesmo relatório a então Secretaria Nacional de Assistência Social, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social em 2016, contabilizou 5.078 crianças e 5.037 adultos com deficiência vivendo em instituições no Brasil (*Human Rights Watch*, 2018 p.06). E este número provavelmente não reflete o número real, pois os dados são obtidos por meio de questionário preenchido pelas próprias instituições, sem posterior checagem ou supervisão por autoridade competente. O mais terrível é que esta parcela da população ainda vive isolada da sociedade e tem pouco mais do que suas necessidades básicas atendidas, como alimentação e higiene. A maioria não possui qualquer controle relevante sobre suas vidas, são limitadas pelo cronograma de atividades das instituições e pela vontade dos funcionários. Muitas destas mulheres com deficiência vivem em grandes alas ou quartos com camas colocadas lado a lado, sem uma cortina ou qualquer outra separação. A maioria dos adultos e crianças com deficiência institucionalizadas tem poucos objetos pessoais, ou nenhum. E em alguns casos, são forçados a compartilhar roupas (até mesmo escovas de dentes) com outras pessoas da instituição. Os funcionários de diversas instituições também não oferecem absorventes higiênicos às mulheres durante o período menstrual, e sim fraldas. E outros não auxiliavam alguns adultos a se vestirem totalmente, de modo que eles usavam apenas camisas ou blusas e fraldas. Para conhecer o relatório internacional entre no link: <https://www.hrw.org/pt/report/2018/05/23/318010>. Desde 2006, eu conheço uma grande instituição na cidade de São Paulo que está servindo comida fria e em pouca quantidade aos internos, além de deixá-los o dia todo literalmente olhando para o teto sem fazer nada.



Os abusos, violências sexuais e estupros também infelizmente são recorrentes dentro destas instituições. E estas mulheres sequer conseguem gritar, pois são silenciadas pelos funcionários e familiares. E mesmo que conseguissem denunciar a Lei Maria da Penha (n.11.314/2006) só incluiu as mulheres com deficiência 13 anos após a sua existência, com a Lei 13.836 de junho de 2019. Um gigantesco atraso inviabilizou a possibilidade de denúncias, agravando ainda mais a situação de violência no Brasil.

O Atlas da Violência 2018 desenvolvido pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada indicou que dos 22.918 casos de estupro apurados em 2016, 10,3% das vítimas tinham alguma deficiência. Desse total, 31,1% tinham deficiência intelectual e 29,6% tinham transtorno mental. Outro dado chocante é que, entre os casos de estupro coletivo, 12,2% são contra vítimas que têm algum tipo de deficiência. E de 649 pessoas com deficiência mental estupradas, 275 foram violentadas mais de uma vez.

O Atlas da Violência 2018 está no link:

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/2757-atlasdaviolencia2018completo.pdf>

FEMINISMOS PLURAIS NÃO PODEM IGNORAR VIOLÊNCIA FÍSICA, EMOCIONAL E SEXUAL CONTRA MULHERES COM DEFICIÊNCIA.

Eu acredito que quando os feminismos plurais deixarem de segregar e excluir as mulheres com deficiência, o ciclo de violência começará a ser quebrado. Pois, infelizmente, este ciclo ainda é gigantesco. Basta assistir ao importante documentário: “Silenciadas: em busca de uma voz” (2020) dirigido e produzido por Flávia Pieretti Cardoso (Educadora Social e Mestra em Letras pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) que amplia a voz de apenas algumas de milhares de mulheres com deficiência que são agredidas diariamente. O documentário está no Link: <https://www.youtube.com/watch?v=xa9moW4WawY>

Os depoimentos são assustadores, revoltantes, extremamente tristes e contundentes. Um dos que mais me impressionou foi da moça que tem a mesma deficiência física que a minha *Osteogenesis Imperfecta* (falta de colágeno que proporciona a calcificação óssea). Esta moça foi estuprada por profissionais de saúde quando estava com o corpo todo engessado e sem poder se mexer em uma cama de hospital. Claro que me coloquei no lugar dela ao ouvir suas palavras, mas nunca saberei o que ela sentiu, pois não vivi a atrocidade que ela passou.

O meu lugar de fala é de uma mulher com deficiência que nunca sofreu violência. Infelizmente, eu sou uma exceção em nosso país. Além destas mulheres com deficiência que aparecem no documentário, existem muitas outras que estão completamente silenciadas, trancadas e invisíveis; principalmente, as mulheres idosas, gordas, negras, indígenas, lésbicas, trans, queer e em situação de pobreza. Elas, mesmo vivendo fora das instituições, também não conseguem ser ouvidas, e muito menos denunciar seus agressores.

São mulheres que vivem maus tratos e abusos todos os dias, principalmente por negligência. E quem está ao seu lado (que são em sua grande maioria familiares, maridos e namorados e cuidadores) se recusam a dar alimentação e medicamentos apropriados (seguindo as prescrições médicas), além de cuidados pessoais e de higiene (banho, pentear os cabelos) ou cuidados adequados a cada especificidade de sua deficiência, como por exemplo: sonda para urinar, respirador, fraldas, cadeira de rodas, bengalas, andadores, falta de comunicação adequada (Libras, audiodescrição) entre outros recursos necessários para sua sobrevivência.

Além destas negligências, os maus tratos são feitos por meio de agressões físicas, tratamento grosseiro, restrições, excesso de medicamentos (para dopar as mulheres), reclusão e cárcere privado. E os maus tratos psicológicos, ocorrem por meio de



xingamentos verbais, intimidação, isolamento social, privações emocionais; além de impedir a tomada de decisões próprias, e ameaças em relação aos familiares e amigos. Já em relação aos abusos sexuais, eles ocorrem porque a maioria das mulheres com deficiência não recebem informações ou educação sexual (como o controle de natalidade), são submetidas ao sexo indesejado, estupro, agressões, esterilização forçada. Elas também são exploradas financeiramente, quando são impedidas de dispor e decidir sobre seus recursos econômicos.

Imaginem como é terrível quando estas mulheres com deficiência não conseguem se defender? Vocês já pensaram em como fazem aquelas que não conseguem falar porque perderam a voz, usam respiradores ou têm problemas psíquicos que as paralisam no momento da agressão? Ou as que não enxergam quando o agressor pega um objeto, uma arma, ou se aproximam para bater, espancar, arremessar coisas, dar um tiro, uma facada?

E como se defendem as mulheres com deficiência intelectual (com Síndrome de Down, espectro autista, entre outras) ou mental (problemas psíquicos diversos)? Em sua grande maioria, elas não têm recursos cognitivos e psicológicos para entender quando sofrem uma agressão, principalmente sexual. E quando as mulheres com deficiência intelectual e mental conseguem entender que foram vítimas de violência, suas famílias, amigos e a comunidade (igreja, escola, trabalho) não acreditam no que elas falam, e ainda as culpam dizendo (preconceituosamente) que o marido “faz o grande favor de cuidar delas”. Por isso, elas são as que menos conseguem fazer denúncias, pois quando saem às ruas são totalmente maltratadas, ignoradas e agredidas novamente pela polícia e por qualquer pessoa. E quando chegam aos órgãos públicos (polícia, delegacias, conselhos) não são ouvidas por falta de acessibilidade como intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, por exemplo. Além disso, caso sejam ouvidas, as autoridades não acreditam no que falam por acharem preconceituosamente que estão mentindo devido à sua condição de deficiência. Casos de violência poderiam ser evitados se a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 de 2015 fosse cumprida. Pois, segundo Capítulo II, Título II, Art 88 da Lei:

“É considerado crime condutas que podem prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou exercício de direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência. E para as condutas relacionadas à discriminação e ao abandono de pessoa com deficiências as penas são de 6 meses a 3 anos de reclusão, e multa. A lei estabelece, ainda, que se a conduta de praticar, induzir ou incitar a discriminação de pessoa com deficiência for realizada por intermédio de meios de comunicação social ou de publicação de qualquer natureza, a pena será de reclusão de 2 a 5 anos, e multa. Já para a conduta de se apropriar de ou desviar bens, proventos, pensão, benefícios, remuneração ou qualquer outro rendimento de pessoa com deficiência, a pena será de reclusão de 1 a 4 anos, e multa”.

Porém, infelizmente, os órgãos de fiscalização são praticamente inexistentes no Brasil e estes crimes não são punidos!

COMO QUEBRAR O CICLO DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES COM DEFICIÊNCIA?

É preciso fazer um pacto efetivo de combate a violência contra mulheres com deficiência no Brasil! E este pacto precisa ser entre os governos (municipais, estaduais e federais), as instituições como: Ordem dos Advogados do Brasil, Ministérios Públicos; as organizações não-governamentais (que atendem às pessoas com deficiência); a grande mídia de massa (TVs, rádios, jornais); e as redes sociais (todas da internet). Dar visibilidade aos casos de violência contra as mulheres com deficiência é um dos pontos mais importantes e necessários para envolver a sociedade na luta contra as agressões. Afinal, cada vez que os casos aparecem na mídia, aumenta o alerta aos governos, às instituições e aos movimentos sociais para a necessidade de ações eficientes no combate às violências.



Foi exatamente isso que eu fiz em 2020, ao falar ao vivo sobre a terrível situação de violência que as mulheres com deficiência são submetidas. Foi durante a audiência pública “Violência contra vulneráveis”, realizada pela Secretaria da Mulher e pela Primeira Secretária da Câmara dos Deputados durante a “Campanha Mundial 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher”. A gravação neste link: <https://edemocracia.camara.leg.br/audiencias/sala/1682/>

Outro ponto fundamental para unir forças no combate à violência contra as mulheres com deficiência é a necessidade urgente de participação ativa e eficiente nos movimentos feministas. As mulheres com deficiência têm necessidades específicas e formam coletivos e movimentos sociais próprios, como o Coletivo Helen Keller @coletivohelenkeller, mas não podem ficar separadas das pautas dos demais movimentos feministas, como das mulheres negras e outros. E para que esta união aconteça, as mídias que abordam conteúdos feministas precisam incluir as questões das mulheres com deficiência de forma transversal, como por exemplo, quando se fala de racismo não esquecer que mulheres negras também podem ter deficiência. Alerto também que a participação das mulheres com deficiência só será efetiva se todos os veículos de comunicação feministas respeitarem as leis de acessibilidade digital. Afinal, como as mulheres com deficiência auditiva e visual podem participar das discussões sobre violência dentro dos portais feministas, se elas não conseguem acessar os conteúdos?

Por isso, é gigantesca e urgente a necessidade de que todos os movimentos feministas de ouvir, dar acesso e incluir todas as mulheres com deficiência agora! Não podemos esperar mais um minuto para JUNTAS sermos mais fortes na luta contra o feminicídio, o machismo, a misoginia, a discriminação e o preconceito de gênero. Afinal, absolutamente todas as mulheres podem adquirir uma deficiência a qualquer momento (devido às violências, acidentes de trânsito ou em casa, entre outras situações).

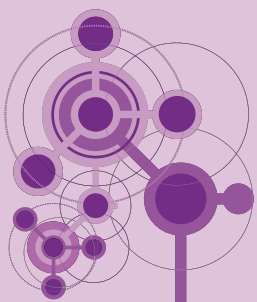
É PRECISO QUEBRAR O TABU SOBRE SEXUALIDADES MÚLTIPLAS EM PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

Além das questões dos feminismos plurais, eu acredito ser urgente amplificar todas as vozes das pessoas com deficiências em suas múltiplas sexualidades. Por isso, comecei a pesquisar mais sobre o tema, e descobri a reportagem “Pessoas com Deficiência fazem Sexo” (maio 2015) no <https://www.sembarreiras.jor.br/> sobre o documentário espanhol dirigido por Antonio Centeno e Raúl de la Morena, chamado “Sim, nós fodemos”. O principal objetivo do filme, que contém cenas sexuais explícitas, é quebrar a visão hegemônica de infantilidade e inocência que é atribuída às pessoas com deficiência. Afinal, é urgente mostrar que estas pessoas não somente merecem ter prazer sexual, mas que podem ter corpos desejáveis e serem desejadas. O catalão, Antonio Centeno, que tem tetraplegia desde os 13 anos, devido a um acidente em uma piscina, afirma que:

“Não usamos a expressão ‘diversidade funcional’ para sermos politicamente corretos, mas porque a normalidade é uma ficção e o conceito de deficiência nos segrega. Somos o único segmento que se descreve pelo que não pode fazer. Entre as capacidades que nos são negadas está o sexo. A deficiência infantiliza. Se você não pode cuidar de si mesmo é uma criança e crianças não fazem sexo. A deficiência estigmatiza. Seus corpos são considerados incapacitados, feios, diferentes”.

E, ao ampliar a minha pesquisa, descobri o Lucca, um jovem de 17 anos, que foi diagnosticado com autismo tardiamente e pertence à comunidade LGBTQIAP+, e vai começar o curso de Psicologia em 2023. Ele resolveu falar mais abertamente sobre sua vivência como forma de quebrar um silêncio que foi imposto que não foi causado pelo autismo, mas pela desinformação e capacitismo que permeia sua vida diária. Luca escreveu em sua rede social @autie.me em 2022:

“Após anos de caça inquisidora, campos de concentrações, terapias de choque, prisões e outras formas de perseguição, a comunidade LGBTQIAP+, liderada principalmente por mulheres trans e lésbicas, revidou



no que foi chamado de “as Rebeliões de Stonewall”, o primeiro passo no que viria a ser conhecido como “Movimentos dos Direitos Gays”. Então, de lá para cá, mudamos sufixos, ressignificados termos outrora usados ofensivamente, como “Queer”, e celebramos as conquistas de direitos através de marchas de Orgulho e, mesmo assim, ainda há muito pelo que se lutar. Isso inclui, com certa urgência, a integração de pessoas com deficiência de maneira mais acolhedora na Comunidade LGBTQIAP+. Afinal, aproximadamente 23,9% da população brasileira tem alguma deficiência, o que representa cerca de 45,6 milhões de pessoas e, dentre essas, obviamente, há quem se encaixa em pelo menos uma das letras da sigla LGBTQIAP+. Então, como será que essas pessoas são vistas e recebidas pela comunidade colorida? Eu, como autista (portanto, pessoa com deficiência), gay e não-binário, respondo: mal. Pessoas com deficiência vivenciam dois extremos dentro da comunidade Queer. Por um lado, pessoas com deficiência são fetichizadas, resumidas às suas deficiências e completamente objetificadas. Já pelo outro, são invisibilizadas, vistos como corpos que não merecem amor ou afeto, sem desejos sexuais, infantilizados e literalmente excluídos, seja socialmente, através de ciclos não-inclusivos, ou até arquitetonicamente, uma vez que muitos espaços tipicamente frequentados por pessoas da Comunidade LGBTQIAP+ acabam não se preocupando com a acessibilidade. Assim, fica clara a necessidade de reflexão acerca de onde (e em quem) as opressões de ambos os movimentos se cruzam. Afinal, se já é difícil existir sendo parte da comunidade de pessoas com deficiência ou da LGBTQIAP+ – seja por causa de repreensões morais, falta de representatividade, maior taxa de evasão escolar, dificuldade de integrar o mercado de trabalho ou, mesmo, na vida afetiva – imagine fazendo parte das duas. Por isso, a Interseccionalidade é tão importante e necessária para que, talvez um dia, seja possível que nós, pessoas com deficiência, também possamos usufruir plenamente do orgulho de ser LGBTQIAP+”

QUAIS MULHERES CABEM NOS SEUS FEMINISMOS PLURAIS?

Em 2022, eu fui Curadora Artística do Segundo Levante Feminista no Museu Vozes Diversas (@vozesdiversas), e constatei que as vozes das mulheres com deficiência ainda não são ouvidas. Destaco aqui a fala de Aline Prado (@aliny.prado.3), atriz com deficiência visual postada na internet durante o Segundo Levante Feminista:

“Participo do Movimento Brasileiro de Mulheres Cegas e Baixa Visão, e lutamos por políticas públicas que realmente funcionem e que nos representem. Existem poucos movimentos de mulheres com deficiência e menos ainda movimentos mistos (de mulheres com e sem deficiência), que para mim seria o ideal. Acredito que todos os movimentos feministas não podem esquecer que, nós, mulheres com deficiência, somos mulheres e independente da etnia, idade, orientação sexual, posição social ou deficiências; e estamos sujeitas a violência. Só deixaremos de sermos invisíveis aos olhos de uma sociedade capacitista, quando as mulheres com deficiências se empoderar, junto com todas as mulheres, independente das nossas diferenças!”. E quando perguntada sobre se as mulheres com deficiência ainda são excluídas do feminismo, Aline afirmou: “A sociedade ainda não enxerga a mulher com deficiência com igualdades de direitos. Ainda são enxergadas como minorias que vivem à sombra de pessoas como familiares e amigos. Esta ideia errada tem que ser quebrada, pois, nós (mulheres com deficiência) temos vida própria, vontades, resistência; e não precisamos que alguém fale em nosso nome! Exatamente por isso, que os movimentos feministas precisam ter mulheres com deficiência dentro deles! E ocupando cargos de liderança! Com lugar de fala e opinião própria! Todos os aplicativos, sites, canais de vídeo e áudio, telefones e formas de fazer denúncias, como delegacias para mulheres, precisam urgentemente ser completamente acessíveis para todas as mulheres com deficiência!”



Atualmente, Aline desenvolve a segunda célula do espetáculo: “MARIAS, UM GRITO NO ESCURO”, que aborda o universo feminino a partir da perspectiva da mulher com cegueira, além de temas relacionados ao capacitismo, protagonismo, desafios e liberdades das mulheres com deficiência. Uma parte do espetáculo no link: <https://www.youtube.com/watch?v=ZdV63Ct253w>.

COMO SERMOS ALIADAS E ALIADOS DO FEMINISMO DAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA?

Durante minhas pesquisas para escrever o meu depoimento, encontrei as importantes palavras do Coletivo Feminista Helen Keller escritas no “Guia Mulheres com Deficiência - Garantia de Direitos para Exercício da Cidadania” (maio de 2020):

“Nossas questões, enquanto mulheres com deficiência, não são separadas das lutas feministas. Por isso, salientamos a necessidade de compreender que a deficiência, assim como gênero, raça/etnia, geração, sexualidade e classe, nos submete a discriminações que acentuam violações de direitos. Portanto, precisamos de aliadas para o enfrentamento do capacitismo e do machismo, pois a desconstrução destas estruturas excludentes, presentes em todos os espaços da sociedade, se faz urgente”.

Para conhecer o “Guia Mulheres com Deficiência - Garantia de Direitos para Exercício da Cidadania” entre no link:

<https://jornalistainclusivo.com/wp-content/uploads/2020/10/Guia-Feminista-Helen-Keller.pdf>

E para você - pessoa sem deficiência - ser aliada e/ou aliado dos Feminismos das Mulheres com Deficiência, o Coletivo Helen Keller dá as dicas que foram originalmente publicadas em 2022 no <https://www.instagram.com/coletivohelenkeller/>:

1. Reconheça seus privilégios enquanto mulher que não vivencia a deficiência;
2. Apoie o protagonismo, há muitas mulheres com deficiência protagonistas na luta, mas raramente elas encontram espaço para trazer suas pautas;
3. Reflita sobre suas atitudes capacitistas;
4. Lembre-se da acessibilidade em seus eventos, reuniões, redes sociais, em tudo! Vamos juntas construir uma cultura de acesso;
5. Fale sobre deficiência, pois não é uma “obrigação” só nossa, mas quando for falar, lembre-se de nos convidar. Afinal: “Nada sobre nós, sem nós”;
6. Amplie a voz da mulher com deficiência e não desvalide o que ela diz;
7. Firmar alianças com o movimento das mulheres com deficiência, assim como precisamos de aliadas e aliados, também queremos nos tornar aliadas na sua luta;
8. Nós, mulheres com deficiência, estamos fazendo nossa parte para alcançarmos maior visibilidade sobre nossas pautas. Mas também precisamos de muitas aliadas e muitos aliados. Podemos contar com você?



Para se engajar mais sobre Feminismo das Mulheres com Deficiência, assista aos vídeos da Campanha: “Pela vida de todas elas”: <https://pelavidadetodaselas.org.br/sobre-nos/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu tenho ótimas recordações de cada seminário em que realizei coberturas jornalísticas, entrevistas que fiz, reportagens de denúncia que escrevi e, principalmente as palavras que falei em minhas palestras e vídeos sobre como é estar VIVA em um país que insiste em tentar apagar a existência da condição mais natural de todos os seres humanos: a deficiência. Pois, somente em uma sociedade verdadeiramente inclusiva, com respeito a todas as interseccionalidades é que não será mais necessário falar sobre acessibilidade voltada somente para pessoas com deficiência, afinal como disse Bader Burihan Sawaia (Doutora em psicologia social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2010):

“Exclusão não é um estado que uns possuem, outros não. Não há exclusão em contraposição à inclusão. Ambos fazem parte de um mesmo processo – “o de inclusão pela exclusão” – face moderna do processo de exploração e dominação. O excluído não está à margem da sociedade, ele participa dela, e mais, a repõe e a sustenta, mas sofre muito, pois é incluído até pela humilhação e pela negação de humanidade, mesmo que partilhe de direitos sociais no plano legal. A inclusão pela humilhação se objetiva das mais variadas formas, desde a inclusão pelo “exótico” até a inclusão pela “piedade” (personagem coitadinho) e não tem uma única causa. O estigma de ser uma pessoa com deficiência se interpenetra com outras determinações sociais como classe, gênero, etnia e a capacidade de auto diferenciação dos indivíduos, configurando variadas estratégias de objetivação da reificação das diferenças”.

E para finalizar este meu depoimento, completo a brilhante citação da Dra.Bader, com um trecho do texto “Não quero ser tolerada! Exijo respeito!” que eu escrevi e gravei em vídeo acessível:

“Ninguém tem a obrigação de me aceitar, muito menos de me tolerar. Todos podem desejar que eu morra ou que viva bem longe. Sugiro que gritem bem alto embaixo do chuveiro ou entre os seus travesseiros para que ninguém ouça. Por que da porta pra fora do seu quarto, você vive em SOCIEDADE e eu FAÇO PARTE DELA!! Você tem a OBRIGAÇÃO LEGAL de me RESPEITAR!! Você não precisa me INCLUIR em nada porque eu JÁ FAÇO PARTE DA MESMA SOCIEDADE QUE A SUA!!”

Assistam o vídeo completo no link: https://www.instagram.com/tv/CXBXT4mgTd_

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Jacqueline. *Transformar-se para transformar. Como aperfeiçoar o presente, repensar o passado e construir para um futuro melhor*. São Paulo. Edição da autora. 2021.

Campbell, Fiona Kumari. *Contours of Ableism: The Production of Disability and Aabledness*. London, Palgrave Macmillan, 2009

CENTENO, Antonio e DE LA MORENA, Raúl. Documentário espanhol “Sim, nós fodemos” (Link: <https://vimeo.com/123177395> - acessado em 19/10/22)



CERTEZA, Leandra Migotto. *Poema Viva o Corpo Diverso*. Museu das Vozes. https://www.instagram.com/tv/COOArtLrNIY/?utm_source=ig_web_copy_link (acessado em 19/10/22)

DOREA, Guga. *Síndrome de Down como você nunca viu - Relato de um pai educador*. São Paulo. Editora Nelpa. 2022.

HUMAN Rights Watch. *“Eles ficam até morrer” Uma vida de isolamento e negligência em instituições para pessoas com deficiência no Brasil*”, 2018 (ISBN: 978-1-6231-36086). <https://www.hrw.org/pt/report/2018/05/23/318010> (acessado em 19/10/22)

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da Violência 2018*. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/2757-atlasdaviolencia2018completo.pdf> (acessado em 19/10/22).

LACERDA, Teixeira Léia; PINTO, Leda Maria; CARDOSO, Pieretti Flávia. *Memória Discursiva sobre a Violência de Gênero na Voz de Mulheres com Deficiência*. Curitiba. Brazil Publishing, 2021.

LOBO, Ferreira Lilia. *Os infames da história. Pobres, escravos, deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro. Lamparina FAPERJ, 2009.

NUNES, Jô; LODDI, Cristina. *Mãe Coragem - Convivendo com a Síndrome de Williams*. São Paulo. Scortecci Editora. 2014.

OMS - Organização Mundial da Saúde. *“Relatório Mundial sobre a Deficiência”* (2011) (http://www.iea.usp.br/eventos/documentos/9788564047020_por.pdf/view - Acessado 19/10/22)

SATOW Suely. *Paralisado cerebral: construção da identidade na exclusão*. 3ª Edição Revista e Ampliada. Taubaté - SP. Cabral Editora e Livraria Universitária, 2010.

TEIXEIRA, Lelei. *E fomos ser guache na vida*. Porto Alegre. Publicato Editora. 2020.

TV Cultura. Entrevista de Izabel Maior ao programa *Café Filosófico* da TV Cultura, São Paulo, 2015. (<https://vimeo.com/137872442> - Acessado em 19/10/22)

Artigo recebido em 14/12/2022 e aprovado em 14/02/2023.